

Universidade - Núcleos temáticos: em busca da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão

Paulo Vinicius Baptista da Silva
Acácia Zeneida Kuenzer

RESUMO

A partir dos pressupostos de CHAUI sobre a organização social brasileira e a inserção social da Universidade em seu tecido social oligárquico, autoritário e violento, o texto discute o princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão como forma de ação crítica e modificadora. Apresenta a proposição do Setor de Educação da UFPR de organização em Núcleos Temáticos como forma de responder organicamente às demandas sociais. Dentro dos princípios arrolados para tais, descreve pontos da ação e trajetória do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Criança e o Adolescente/ NEICA, seus pressupostos e objetivos.

Palavras-chave: indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, Universidade, infância e adolescência.

ABSTRACT

From Chauí's presuppositions about Brazilian social organization and its social insertion in the University in its function as social oligarchy, authoritarian and violent, the principle of inseparable teaching-research-continuing education as a critical and modifying action is discussed. The School of Education of the Federal University of Parana proposition about a way of organizing thematic issues as an organically reply to social demand is presented. According to principles set for such purpose, action and strategies of the Nucleus of Interdisciplinary Studies about Children and Teenagers /NEICA, its presuppositions and goals are described.

Key-words: inseparable teaching-research-continuing education, University, children and teenagers.

Introdução

Em artigo que discute a relação entre Ética e Universidade, CHAUI (1995) aponta alguns traços da sociedade brasileira: relações sociais altamente hierarquizadas, determinando a discriminação em diversos âmbitos; relações sociais e políticas fundadas em contatos pessoais, favorecendo a relação sociopolítica do favor, a clientela e a tutela; desigualdades econômicas extremas, levando à polarização entre a carência e o privilégio; e a lei não opera como lei, opera como repressão do lado dos carentes e como conservação de privilégios do lado dos dominantes.

A autora segue descrevendo a forma de inserção da Universidade nesse tecido social oligárquico, autoritário e violento: 1- Tem aceitado passivamente a destruição do ensino público de 1.º e 2.º Graus, a privatização, o aumento das desigualdades sociais. 2- Os docentes mantêm reivindicações de caráter corporativista, seguindo outras categorias. 3- Tendência a aceitar cada vez mais a separação entre docência e pesquisa, e entre graduação e pós-graduação. 4- Aceitação acrítica do modo de criação de Universidades Federais, para servir a interesses oligárquicos locais. 5- Império da ausência de: carreiras definidas, concursos públicos transparentes, clareza de funções, formação e atualização de funcionários, atualização dos procedimentos administrativos. 6- Aceitação acrítica da privatização das pesquisas. O financiamento privado traz: a) perda da autonomia para definir prioridades, conteúdos, formas etc.; b) aceitação de que o estado não é responsável pelo financiamento; c) privatização via complementação salarial; d) desprestígio crescente das humanidades; e) aceitação dos parcos vencimentos. De tal forma, nas universidades públicas imperam elementos contrários à ética, definida como recusa da violência, orientadora da idéia da igualdade, da justiça, do acesso à liberdade e à democracia. Feitas estas considerações, CHAUI (1995, p. 87) encerra com uma provocação: "que tal reconstruirmos a Universidade Pública?".

Para uma reflexão sobre tal indagação é preciso se defrontar com o processo de estruturação da Universidade no Brasil. Dentre os pontos levantados, dois parecem de vital importância; a indissociabilidade

entre ensino, pesquisa e extensão e o financiamento privado da pesquisa. O princípio da indissociabilidade entre as três funções pouco tem se concretizado na prática acadêmica, embora incorporada nos estatutos das Universidades, como explicitado por MAZZILI (1996):

De fato, a estrutura departamental favorece o desenvolvimento de ações individuais voltadas para dentro da própria universidade. O ensino não tem fugido muito da tradição de reprodução do conhecimento. Na verdade, quanto mais qualificado um docente, mais ele tende a se afastar da sala de aula, especialmente da graduação, para dedicar-se à pós-graduação e à pesquisa. Os projetos de extensão, quando existem, ficam em geral descolados. A estrutura departamental favorece o desenvolvimento de ações individuais estruturalmente, como se fosse de interesse e responsabilidade exclusiva de seus autores.

Portanto, o princípio da indissociabilidade é muito mais uma proposição ou uma meta a ser alcançada. Sua inclusão na Constituição é fruto da participação da sociedade civil organizada, particularmente do “Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública”, sendo “uma das expressões do conflito entre as diferentes forças sociais que atuaram durante a constituinte” (MAZZILI, 1996, p. 7). Neste ponto em específico, não é caso de reconstruir, mas de buscar caminhos para a efetivação do princípio.

Algumas tentativas têm sido levadas a termo pelo Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná via a organização de Núcleos Temáticos. A partir de um diagnóstico junto aos diferentes departamentos do Setor de Educação, constatou-se a necessidade da articulação efetiva entre ensino, pesquisa e extensão, que na prática continuavam como ações isoladas; a desarticulação entre a graduação e a pós-graduação com a quase inexistência de relação entre a pesquisa produzida neste último nível e a pesquisa, o ensino e a extensão que transcorrem na graduação; e o desenvolvimento de projetos individuais (mesmo quando envolviam alunos), com uma certa fragmentação e desarticulação das ações, decorrentes da departamentalização, não havendo espaço para a discussão das divergências. A partir deste diagnóstico formulou-se a concepção de núcleo temático como alternativa de superação da fragmentação e do isolamento do mundo das relações concretas em busca da organicidade, nos níveis interno e externo, e como estratégia de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, permitindo assim a integração entre graduação e pós-graduação.

Para tanto, contrariando a concepção dominante que faz do núcleo temático a articulação de pesquisadores em torno de um tema específico dentro de uma linha de pesquisa, o Setor de Educação da UFPR construiu seus núcleos temáticos através dos princípios enunciados a seguir:

- os núcleos temáticos se organizam a partir de demandas das relações sociais e produtivas: das instituições de ensino e de administração da educação, do sistema produtivo, das agências de formação profissional e de promoção de emprego, dos movimentos sociais organizados, entidades de classe, sindicatos etc.

- os núcleos temáticos se organizam a partir de um corpo epistemológico próprio, determinado pela natureza do seu objetivo; este corpo epistemológico constitui-se dos conhecimentos básicos que são necessários para compreender o objeto e formular o projeto para enfrentá-lo;

- os núcleos temáticos exigem abordagem transdisciplinar, uma vez que seus objetos, ao se derivarem da prática social, apresentam-se multifacetados e desta forma não podem ser apreendidos por abordagens específicas de cada área do conhecimento; esta nova abordagem não é apenas a “juntada” de várias áreas específicas, mas a construção de um conhecimento novo, síntese superadora de conhecimentos parciais e, em decorrência, sua transformação; é essa abordagem que constrói o corpo epistemológico próprio de cada núcleo;

- os núcleos temáticos exigem abordagens interinstitucionais, por seu caráter transdisciplinar, derrubando as barreiras internas entre os cursos de graduação e de pós-graduação, entre os departamentos, entre as faculdades/centros/institutos; derrubando as barreiras externas, integrando profissionais interessados no estudo do objeto do núcleo ou atuantes nas escolas, no poder público das diferentes instâncias, nas entidades, nos movimentos sociais organizados; desta forma, através do núcleo temático articulam-se as mais diferentes instituições e as mais diferentes experiências teórico-práticas, permitindo uma efetiva integração de esforços voltada para compreensão, para a produção do conhecimento, para a sua divulgação e para a melhoria da qualidade de ensino, tendo em vista a transformação da realidade que se constitui em objeto do núcleo; neste sentido, o núcleo temático é o espaço da práxis.

Com base nestes princípios, foi criado o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Criança e o Adolescente/NEICA, que teve início em abril de 1995, sob o nome de Núcleo de Educação da Criança e do Adolescente em Situação de Risco. Sua origem remonta a 1994, quando profissionais do setor público procuraram o Setor de Educação para solicitar apoio na discussão dos programas ofertados a crianças e

adolescentes em situação de risco. A partir dessa demanda, passa-se a realizar, de forma mais sistemática, reuniões sobre as possíveis parcerias e contribuições da Universidade, tendo em vista a compreensão e o enfrentamento da situação das crianças e adolescentes menos favorecidos em nosso meio social, culminando com a criação do Núcleo segundo a concepção de núcleos temáticos adotada pelo Setor de Educação.

O NEICA tem como objetivo constituir um centro de referência na UFPR para estudos Interdisciplinares da criança e do adolescente, que tenha como prioridade a busca de respostas para os problemas que a população infanto-juvenil enfrenta na sociedade brasileira para seu pleno desenvolvimento. Para tal, visa produzir e difundir conhecimentos na área de estudo e promover intercâmbio de informações. As temáticas de pesquisa selecionadas são: 1) Políticas Públicas, Legislação e Sociedade Civil. 2) Programas de Educação Formal, Não Formal e Informal. 3) Desenvolvimento Psicossocial e Condições de Vida da Infância e da Adolescência na Sociedade Brasileira. 4) Trabalho e Formação Profissional.

Os artigos apresentados representam parte do processo de estruturação do NEICA, e de sua articulação com outros centros. Este Núcleo tem promovido uma série de atividades; projetos e programas de extensão, projetos de pesquisa, eventos e cursos de especialização, qualificação e atualização, intercâmbios, assessorias, palestras e conferências. Os temas dos artigos dispostos a seguir ficam circunscritos às temáticas acima listadas.

Nos estudos e projetos levados a termo pelo NEICA, aparece bem delineada a organicidade entre pesquisa e extensão. A comunicação com a comunidade foi uma constante, sendo que a maior parte das iniciativas partiu de demandas propostas. Em geral utilizou-se uma metodologia participativa e os resultados alcançados geraram ações decorrentes. Em relação às atividades de ensino, avalia-se que o nível de integração esteja aquém do desejado. A participação de acadêmicos(as) nos projetos tem sido em proporção menor que a necessária e por vezes pontual, como também as relações com conteúdos de disciplinas ofertadas aos cursos de graduação.

Outro ponto que se busca atingir e que está em parte contemplado é a interdisciplinaridade. É preciso lembrar que esta é sempre um dever, nunca está determinada por um plano ou projeto. Estes contêm uma perspectiva multidisciplinar, de organicidade entre áreas diferentes de conhecimento com vistas a tratar de fenômenos complexos. A interdisciplinaridade será atingida se a cooperação entre as áreas chegar a uma construção de novos conceitos, que não são exclusivos de nenhuma das áreas (JAPIASSU, 1976). Analisando os resultados de estudos e projetos realizados, depara-se com elementos que permitem classificá-los como interdisciplinares conceitualmente ou contextualmente (revitalização de conceitos ao serem aplicados a novos contextos).

Sobre o tema do financiamento privado, é nítido que as pesquisas relacionadas a temas sociais urgentes são as que mais sofrem. Na medida que o Estado se esquivava da função de financiamento, o setor privado naturalmente não assume o que não vá de encontro aos seus interesses. Lembrando que o desenvolvimento está ancorado na produção de conhecimentos, haverá um quadro de agravamento da dívida social. De fato, é o que se assiste em mais uma década perdida, que sucede a anterior.

Do ponto de vista das políticas para a infância, vislumbram-se alguns avanços a partir do advento do Estatuto da Criança e Adolescente, mas tímidos se considerarmos a proposição de RIZZINI(1998), de que este foi um “século perdido” para as políticas relacionadas à infância.

Neste quadro de mudança de paradigma sobre a infância e adolescência são vitais as informações sobre o mais fidedignas e difundidas possíveis, pois vive-se embate contra a ideologia pós-moderna que apregoa um individualismo extremo e uma indiferença generalizada em face dos fatos sociais. O conhecimento sistemático pode possibilitar uma inserção crítica e contextualizada, de modo a promover o respeito aos direitos e a superação de um Estado de “cidadania negativa”, “acidania” ou “descidania”, no qual se substitui o direito retórico pelo direito alterativo (SEDA, 1995).

A relação de trocas com a sociedade civil organizada, particularmente com os movimentos reivindicatórios de direitos, é ponto vital para que a prática de pesquisa-ensino-extensão esteja em conformidade com a ética proposta por CHAUI.

Sob estes princípios leva-se a termo esta proposta de “reconstrução da Universidade”, muitas vezes com um sentimento de Sísifo, mas com a busca autêntica de construir um lugar melhor, ou como proposto por Lígia C. Leite no artigo a seguir, imaginando Sísifo feliz.

REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, M. Ética e universidade. In: _____. *Universidade e Sociedade*. Brasília: Andes, 8 fev. 1995. p. 82-87.
- JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- MAZZILI, S. Notas sobre indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. In: _____. *Universidade e Sociedade*. Brasília: Andes, 11 jun. 1996. p. 4-10.
- RIZZINI, I. *O Século Perdido*. Rio de Janeiro: Amais, 1998.
- SEDA, E. *A Criança e o Direito Alterativo*. Campinas: Adês, 1995.